



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0009270-43.2021.2.00.0000

UNIDADE JUDICIÁRIA: 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões do Juízo de Cariacica

JUIZ TITULAR: Dr. Roberto Luiz Ferreira Santos

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª VARA CÍVEL, DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO JUÍZO DE CARIACICA – COMARCA DA CAPITAL

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Extraordinária levada a efeito na **2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões do Juízo de Cariacica**, no dia 27/06/2022, em cumprimento à determinação do c. Conselho Nacional de Justiça nos autos do pedido de providências nº 0009270-43.2021.2.00.0000.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De início, cumpre esclarecer que a 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões do Juízo de Cariacica tem sido acompanhada por esta Corregedoria Geral da Justiça por determinação do Plenário do Conselho Nacional de Justiça que, ao aprovar o relatório de Inspeção Ordinária realizada para verificação do funcionamento dos setores administrativos e judiciais do Tribunal de Justiça e das serventias extrajudiciais do Estado do Espírito Santo no ano de 2021, determinou:

"(...) 41. A instauração de pedido de providências a fim de que se oficie à Corregedoria-Geral de Justiça do TJES para que determine ao Magistrado Titular da 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica que, no prazo de 90 dias: **(I) priorize o andamento/julgamento dos processos paralisados há mais de 100 dias**, especialmente aqueles que possuam prioridade legal, devendo-se encaminhar a esta Corregedoria Nacional extrato atualizado da quantidade de feitos nesta condição (conclusos e em secretaria); **(II)** passe a realizar acompanhamento mais efetivo/rigoroso dos processos cujo atraso no cumprimento dos mandados ultrapasse 45 dias; **(III)** passe a realizar acompanhamento mais efetivo/rigoroso dos processos cujas cartas precatórias aguardam cumprimento há mais de 3 meses, provendo diligências periódicas junto ao juízo deprecado; **(IV)** adote todas as providências necessárias ao cumprimento das cartas precatórias expedidas nos processos 0007102-48.2017.8.08.0012, 0007103-33.2017.8.08.0012, 0007834- 10.2009.8.08.0012, 0008321-38.2013.8.08.0012, 0009568-44.2019.8.08.0012, 0016162-16.2015.8.08.0012, 0017284-35.2013.8.08.0012, 0111679- 87.2011.8.08.0012 e 0008491-63.2020.8.08.0012; **(V) envie esforços para que seja realizado um maior número de audiências**; e **(VI)** priorize o andamento/julgamento dos processos 0009684-84.2018.8.08.0012, 0008572-22.2014.8.08.0012, 0002674-52.2019.8.08.0012, 0000442-44.1994.8.08.0012, 0003735-56.1993.8.08.0012, 0900072-79.1990.8.08.0012, 0019024- 33.201.8.08.0012, 0002958-65.2016.8.08.0012, 0016513-81.2018.8.08.0012 e 0018189-98.2017.8.08.0012, devendo-se prestar informações à Corregedoria Nacional. (cap. 5.32) (destaquei)"

Ao analisar as informações prestadas pelo MM. Juiz titular no bojo do pedido de providências instaurado para monitorar o cumprimento das medidas determinadas por efeito da referida Inspeção, a c. Corregedoria Nacional de Justiça (id. 1427352) entendeu que:

Da análise das informações prestadas, extrai-se que as medidas adotadas pela unidade, em relação aos itens “ii”, “iii”, “iv” e “vi”, as determinações foram consideradas como adequadas, ficando pendente apenas a determinação dos itens “i” e “v”, no qual foram identificados 1.408 processos paralisados há mais de 100 dias em secretaria e 1.056 processos conclusos há mais de 100 dias, totalizando 2.464 processos nessa condição, assim como alegada impossibilidade de realização de mais audiências em razão de deficiência no quadro funcional da unidade. A se aceitar essas explicações, ter-se-ia que reconhecer que as deficiências estruturais do TJES justificariam a prestação deficiente da jurisdição às partes perante a citada unidade judiciária, o que é inaceitável. **Assim, diante dos esclarecimentos, é o caso de determinar: a) a realização de correção extraordinária na unidade pela Corregedoria local, com estabelecimento de plano de trabalho para equacionamento da questão em prazo não superior a um (1) ano, com submissão do relatório a este Conselho no prazo de 90 dias; e b) realização pela Presidência do TJES de mutirão na unidade, bem como de recomposição da lotação paradigma, visando possibilitar o equacionamento da questão e manutenção futura dos serviços judiciários em observância do princípio da razoável duração do processo.** (grifei)

Essas as considerações a serem feitas.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz titular

Juiz	Vínculo	Ato de Remoção
Roberto Luiz Ferreira Santos	Titular	nº 508/15 – 13/10/15

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

Servidores lotados

Servidor	Cargo	Origem	Função
Silvia Maria Possatto Tose	Analista Judiciário - AJ - Direito	Efetiva da 2ª Vara da Infância e Juventude de Cariacica	Chefe de Secretaria Ato nº 648/17 – 04/12/17
Aline Gabrielle Costa	Analista Judiciário - AJ - Direito	Efetiva da 4ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica	Chefe de Secretaria Substituta Ato nº 272/22 – 09/02/22
Maria Palmyra Miranda Zanotti	Analista Judiciário - AJ - Direito	Efetiva da 1ª Vara de Família de Cariacica	–
Ana Paula Fontes Lemos dos Anjos	Assessora de Juiz	–	–

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

Servidores licenciados para tratamento da própria saúde

Servidor	Cargo	Ato de Nomeação	Último Licenciamento
Claudeney Soares Bastos	Analista Judiciário - AJ - Direito	nº 311/11 – 07/02/11 - efetiva da unidade	Licença para tratamento do própria saúde Ato nº 629/22 – 21/06/22

Marlene Duarte de Oliveira	Analista Judiciário - AJ - Direito	nº 1191/98 – 09/03/98 - efetiva da unidade	Licença para tratamento do própria saúde Ato nº 581/22 – 02/06/22
----------------------------	------------------------------------	--	--

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

Servidores à disposição de outras unidades

Servidor	Cargo	Ato de Nomeação	Ato de Designação
Cílenes Dias Togneri	Analista Judiciário - AJ - Direito	nº 1201/06 – 10/07/06 - efetiva da unidade	nº 152/19 – 01/03/19 - respondendo como Chefe de Secretaria Substituta da 2ª Vara Cível Vila Velha

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

Servidores aposentados

Servidor	Cargo	Ato de Nomeação	Ato de Aposentação
Tânia Marcia Furtado Guimarães	Analista Judiciário - AJ - Direito	nº 750/07 – 12/09/07 - efetiva da unidade	nº 489/19 – 09/08/19 - aposentada a partir de 30/07/19

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	583	49
Janeiro a dezembro de 2021	1.161	97

(Fonte: Painel de Gestão do TJES)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	5.418
2021	5.863

(Fonte: Painel de Gestão do TJES)

Acervo atual

	Junho 2022
Total	6.275
Suspensos ou sobrestado	53
Remetidos para julgamento de recurso	176
Tramitação ajustada	6.046

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos conclusos

Indicador	27/06/2022
Quantidade total de processos conclusos	2.099
Conclusos para sentença há mais de 100 dias	15
Conclusos para decisão há mais de 100 dias	162
Conclusos para despacho há mais de 100 dias	445
Conclusos para ato diverso há mais de 100 dias	56

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial)

Audiências

Indicador	27/06/2022
Quantidade de audiências designadas	10
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	4

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	27/06/2022
Processos sem migração de classe	0
Processos sem assunto	0

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	27/06/2022
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	39

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	27/06/2022
Petições pendentes de juntada	35

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	27/06/2022
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	29

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	27/06/2022
Processos em carga fora de cartório ou em remessa externa	54

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	27/06/2022
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	68

(Fonte: Consulta ao Relatório de Correição Presencial)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
39,3%	Meta não cumprida

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau.

Percentual obtido	Resultado
65,7%	Meta não cumprida

Meta 8 CNJ/2021 (Foco: Feminicídio e Violência Doméstica e Familiar Contrás as Mulheres)

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2019 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

Percentual obtido	Resultado
0%	Meta não cumprida

7. DAS CONSTATAÇÕES AFERIDAS IN LOCO

No dia 27 de junho de 2022, os Juízes Auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça, Dr. Akel de Andrade Lima, Dr. Daniel Barrioni de Oliveira e Dr. Marcelo Menezes Loureiro, compareceram à 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões do Juízo de Cariacica para a realização de Correição Extraordinária, nos termos legais e regimentais.

A sistemática adotada para fiscalização consistiu na inspeção de processos, por amostragem, e na realização de entrevistas com o Juiz titular, servidores e estagiários, de modo que se pudesse subsidiar uma fidedigna coleta de dados e assim aferir o nível de organização das atividades desenvolvidas e a eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados.

Com base nos relatórios analíticos gerenciais, nas informações prestadas pelos operadores e nas constatações aferidas *in loco*, apurou-se o seguinte:

7.1. Deficiência do quadro funcional

É importante que se diga, desde logo, que esta Corregedoria Geral da Justiça tem acompanhado, minuciosamente, a 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica ao longo dos últimos anos, quer seja pela realização de Correição Virtual (vide processo SEI nº 7002857-37.2019.8.08.0000) ou mesmo por meio das Inspeções Judiciais promovidas anualmente pelo Juiz titular.

Some-se a isso a recente inclusão da unidade no “Programa de Monitoramento das Metas Nacionais” instituído pelo Provimento CGJES nº 50/2021 (vide processo SEI nº 7003993-64.2022.8.08.0000), cujo objetivo é focar o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ e resolver o excesso de prazo de conclusão, por meio de verificações periódicas de desempenho.

Dito isso, sublinho que a situação atravessada pela unidade é, em parte, fruto das reconhecidas deficiências estruturais do TJES, especialmente no âmbito de pessoal. Diz-se em parte, porque a dissolução do corpo de servidores da unidade, em razão de realocações e repetitivas licenças de saúde, foi conflagrada por problemas de relacionamento não contornados pelo Juiz titular, que mostrou-se uma pessoa de difícil trato até mesmo na presença da equipe correicional.

Tal situação, aliás, é antiga e já havia sido identificada por esta Corregedoria Geral da Justiça quando da realização de Correição Virtual na unidade em 2019. Na ocasião, o próprio Magistrado relatou que:

"À frente da 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica desde, outubro de 2010, este signatário jamais teve a oportunidade de trabalhar com sua equipe completa, tendo sempre encontrado dificuldades quanto ao número de funcionários com os quais se podia contar para o exercício de seu múnus. Naquela ocasião a Chefia da Secretaria era exercida por funcionária trazida da Comarca de Vitória, o que não era visto com bons olhos por uma outra servidora que sempre pretendeu a chefia e não pode ter por quanto seu próprio esposo fosse chefe de outra serventia na mesma comarca. **Tal situação, por si só, sempre causou constrangimentos e desavenças no corpo de servidores do cartório** que, naquela ocasião, contava com apenas dois servidores originários da Vara e referida terceira pessoa trazida para o exercício da chefia. A relação entre as duas servidoras, chefe e pretendente ao cargo de chefia, conforme acima descrita, sempre foi tormentosa, chegando ao ponto de, durante férias da senhora chefe de secretaria, a outra não aceitar o exercício momentâneo da função. **Em determinada altura, referida funcionária chegou a dizer que não expediria um determinado alvará e que o advogado deveria voltar após trinta (30) dias quando do retorno da chefe para receber referido documento, pois não havia quem o expedisse, o que motivou a admoestação verbal deste juiz quanto ao seu comportamento, tendo tal atitude, entretanto, acirrado os ânimos e criado antipatia de referida servidora com o juiz da vara.** Tal situação gerou em outra servidora, que se encontrava, e talvez se encontre até a presente data, em gozo de infundáveis e repetitivas licenças de saúde, a revolta, chegando a afirmar que "agora é que eu não trabalho mesmo." Como consequência de tudo isso, a chefe de secretaria desistiu da chefia e retornou para a sua localização de origem: em uma vara de família de Vitória. Com isto, a servidora pretendente ao cargo de chefia, tendo conseguido o afastamento de sua chefe, mais uma vez tentou o exercício da chefia. Todavia, este magistrado, advertido e aconselhado por outros juízes antecessores seus, não a indicou para o exercício do cargo. **Insatisfeita, a funcionária pediu sua localização no juízo de Vila Velha, e após este magistrado tomar conhecimento da manifestação de sua colega, quanto a não ter interesse em trabalhar, foi colocada à disposição do juízo."**

Muito embora o atual quadro da unidade conte com duas servidoras em localização provisória, uma delas pelo prazo de 6 meses, os problemas estruturais e de pessoal, além do elevado volume de processos identificados na 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica, **nesse momento**, não se distanciam da realidade das Comarcas da Capital e de tantas outras do Estado do Espírito Santo.

A propósito, ressalto que desde o último dia 26 de abril, diante dos graves problemas enfrentados pela ausência de servidores, fora autorizado pela Presidência do TJES a realização de **trabalho extraordinário** pelos servidores da 4ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica no contraturno da unidade ora correlacionada - isto é, no período da manhã, sem prejuízo dos serviços realizados pelos servidores em sua unidade de origem -, pelo período de 60 dias, buscando a redução do estoque de processos paralisados (vide processo SEI 7000172-16.2022.8.08.0012). Ao ensejo da visita, a servidora Maria Palmyra Miranda Zanotti destacou a importância da referida medida não ser interrompida no mês de julho, **sob pena de se instalar novo caos na unidade**.

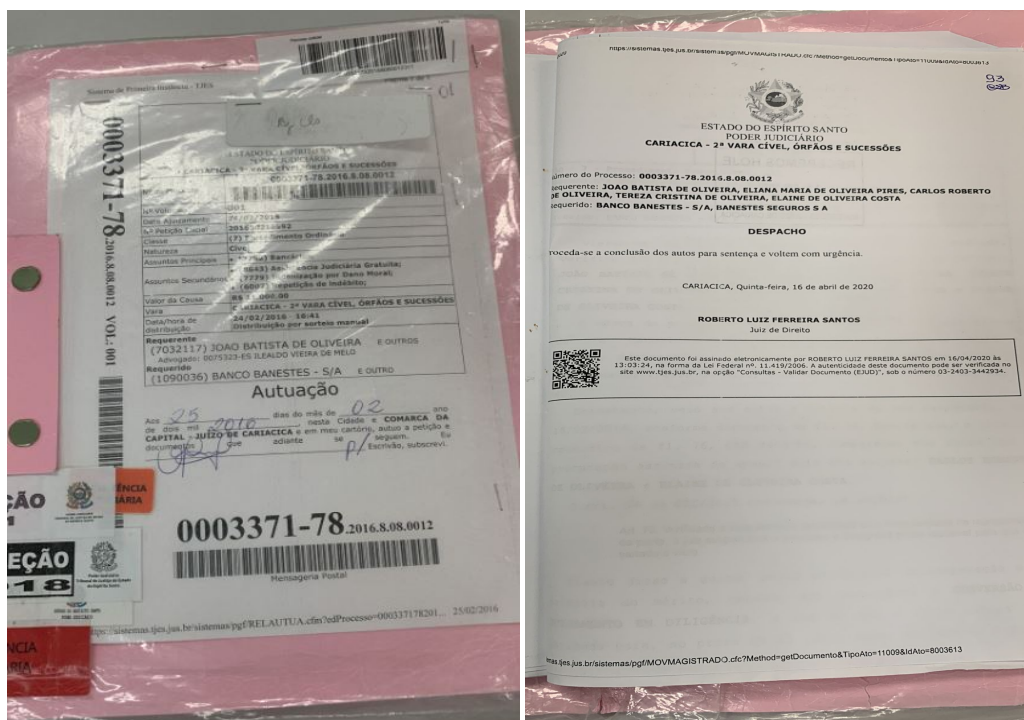
7.2. Burla ao sistema de movimentação processual

No período alvo da correição constavam na unidade **678** processos conclusos há mais de 100 dias e **39** processos paralisados na secretaria há mais de 100 dias. Restou apurado, no entanto, que o índice de **congestionamento real** da unidade afigura-se como sendo muito maior ao que espelhado pelos indicadores estatísticos.

No âmbito da secretaria, verificou-se a utilização reiterada do movimento *"ato ordinatório praticado"* (código 11383) com registro, dentre outras, da observação *"Análise e movimentação dos autos tendo em vista a juntada de petição/AR"*, prática que, além de não conferir impulso efetivo aos autos, burla a movimentação processual ao fazer com que o acervo não atinja, no sistema, os 100 dias de paralisação.

Esse o caso dos processos 0000062-78.2018.8.08.0012, 0000190-93.2021.8.08.0012, 0000213-39.2021.8.08.0012, 0000235-97.2021.8.08.0012, 0000326-90.2021.8.08.0012, 0000359-54.2019.8.08.0011, 0000365-87.2021.8.08.0012, 0000369-27.2021.8.08.0012, 0000416-98.2021.8.08.0012, 0000467-12.2021.8.08.0012 e de diversos outros. Para se ter ideia, só no ano de 2022 a unidade praticou o movimento **1.768 vezes**.

Já no âmbito do gabinete, foram identificados inúmeros **despachos protelatórios** para reclassificação dos processos submetidos à conclusão, cuja finalidade é tão somente burlar o tempo de permanência dos processos em gabinete pela renovação de sua conclusão. Veja-se o caso do processo 0003371-78.2016.8.08.0012:



Também nessa condição os processos 0003371-78.2016.8.08.0012, 0002947-31.2019.8.08.0012, 000803-33.2016.8.08.0012, 0018088-27.2017.8.08.0012, 0019480-70.2016.8.08.0012, 0030239-91.2015.8.08.0012, 0003873-12.2019.8.08.0012, 0028298-73.2011.8.08.0048, 0003891-82.2009.8.08.0012 e diversos outros.

7.3. Utilização do expediente da "pré-conclusão"

Vale anotar, de outro lado, a ampla utilização do expediente da "pré-conclusão" pela secretaria, que promove o cadastramento dos processos aptos à conclusão no escaninho virtual "Aguardando/diversos - Mesa Escrivão/Chefe de Secretaria/Analista" para que sejam feitas remessas paulatinas ao gabinete, em prejuízo à regularidade do trâmite processual. Confira-se:

 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO COMARCA DA CAPITAL - JUÍZO DE CARIACICA CARIACICA - 2ª VARA CÍVEL, ÓRFÃOS E SUCESSÕES		RELATÓRIO DE PROCESSOS POR ESCANINHO AGUARDANDO/DIVERSOS / Mesa Escrivão/Chefe de		
Nº Processo / Escaninho		Partes Principais / Classe	Obs. Escaninho	Dias no Escaninho
0001854-82.2009.8.08.0012		Parte Ativa: COMPROCHECK FOMENTO MERCANTIL	MESA S	54
AGUARDANDO/DIVERSOS		Parte Passiva: LUIZ ANTONIO STIEG		
Mesa Escrivão/Chefe de Secretaria/Analista		C. Processual: Execução de Título Extrajudicial		
0003735-65.2007.8.08.0012		Parte Ativa: STAUFF BRASIL LTDA	ANÁLISE CONCLUSÃO	44
AGUARDANDO/DIVERSOS		Parte Passiva: HINA AUTOMAÇÃO HIDRAULICA E		
Mesa Escrivão/Chefe de Secretaria/Analista		C. Processual: Execução de Título Extrajudicial		
0002467-53.2019.8.08.0012		Parte Ativa: EDSON PEREIRA CARDOSO	mesa S	26
AGUARDANDO/DIVERSOS		Parte Passiva: SHIRLEI RODRIGUES DE SOUZA		
Mesa Escrivão/Chefe de Secretaria/Analista		C. Processual: Inventário		
0004019-82.2021.8.08.0012		Parte Ativa: ALVIMAR CARDOSO RAMOS	AGUARDANDO CONCLUSÃO - SENTENÇA	26
AGUARDANDO/DIVERSOS		Parte Passiva: COLUMBIA RIO CARNES LTDA		
Mesa Escrivão/Chefe de Secretaria/Analista		C. Processual: Incidente de Desconsideração de		
0002315-98.2002.8.08.0012		Parte Ativa: ESCELSA ESPIRITO SANTO CENTRAIS	ANÁLISE CONCLUSÃO	22

Tal prática faz com que os indicadores estatísticos da unidade não retratem fidedignamente sua realidade operacional, na medida em que a conclusão somente é registrada no sistema na data em que os processos são enviados ao gabinete.

7.4. Baixo número de audiências realizadas

No que se refere à quantidade de audiências realizadas pela 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica, apurou-se o seguinte:

AUDIÊNCIAS REALIZADAS <i>conciliação e instrução e julgamento</i>	
2018	271
2019	174
2020	51
2021	75
2022	59

(Fonte de dados: Núcleo de Processamento de Estatística do TJES)

UNIDADE	AUDIÊNCIAS REALIZADAS				
	2018	2019	2020	2021	2022
1ª Vara Cível de Cariacica	146	72	26	113	39
3ª Vara Cível de Cariacica	272	223	48	131	46
4ª Vara Cível de Cariacica	300	324	61	115	40

(Fonte de dados: Núcleo de Processamento de Estatística do TJES)

Ao justificar o decréscimo do número de audiências realizadas a partir de 2018, o Magistrado elucidou que para poder continuar a desempenhar minimamente suas funções, decidiu por não realizar audiências de conciliação nos processos em que são partes bancos, seguradoras e planos de saúde. Tal medida justificaria-se no fato de que as pessoas jurídicas em geral não se propõem a transigir, somado o fato de não haver qualquer pessoa que o auxiliasse na realização dos atos.

Ora, uma vez restabelecida a força de trabalho da unidade, ainda que provisoriamente, e caindo por terra a alegação de falta de material humano capaz de justificar referida interrupção, cumpre ao Magistrado a realização das audiências de conciliação, que só poderão ser dispensadas em duas situações especificadas pela norma do art. 334, § 4º, do Código de Processo Civil.

7.5. Produtividade abaixo da média

Com relação a produtividade do Dr. Roberto Luiz Ferreira Santos, há registro de haverem sido proferidas um total de **1.585** sentenças nos **últimos 5 anos**, uma média de **30 sentenças/mês**, assim classificadas:

ANO	SENTENÇAS DE MÉRITO		SENTENÇAS EM EXECUÇÃO	TOTAL
	Com resolução	Sem resolução		
2018	89	174	87	350
2019	97	251	93	441
2020	159	166	31	356
2021	114	163	59	336
2022*	31	59	12	102

*O ano de 2022 representa o somatório de janeiro a maio

(Fonte de dados: Núcleo de Processamento de Estatística do TJES)

Tendo por base o método comparativo de avaliação da produtividade dos Magistrados, conforme disciplinado pela Resolução CNJ nº 106/2010, via de regra, o número de processos sentenciados pelo Juiz titular equivaleu a quase metade do número de sentenças proferidas pelas demais unidades da Comarca, também sujeitas, em parte, à tramitação física e as medidas de restrição sanitária adotadas pelo TJES no combate a pandemia da Covid-19, senão vejamos:

UNIDADE	PROCESSOS SENTENCIADOS				
	2018	2019	2020	2021	2022*
Unidade em análise	350	441	356	336	102
1ª Vara Cível de Cariacica	589	543	399	467	136
3ª Vara Cível de Cariacica	665	809	705	467	211
4ª Vara Cível de Cariacica	665	704	506	670	207

**O ano de 2022 representa o somatório de janeiro a maio*

(Fonte de dados: Núcleo de Processamento de Estatística do TJES)

Ao contrário do que observado na secretaria, o gabinete da 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica nunca sofreu com a falta de servidores, tendo sua força de trabalho constituída, via de regra, por seu Juiz titular, uma assessora e dois estagiários, sendo um de pós-graduação. Diante de tal contexto, ainda que o acúmulo de processos em cartório impacte os trabalhos desenvolvidos no gabinete, notadamente no que se refere ao envio dos autos deste para aquele na exata medida em que são apreciados, certo é que o ritmo de trabalho adotado não condiz com o esperado.

Alega o Magistrado que o acúmulo de processos tem levado um enorme número de partes e advogados a procurarem pelo gabinete e pelo cartório diariamente, quebrando, ao menos momentaneamente, o desenvolvimento das atividades. Tal problema poderia ser facilmente solucionado pelo estabelecimento de rotinas de atendimento externo, priorizando-se, sempre que possível, o uso de plataformas virtuais, com agendamento prévio, de modo a impedir as rupturas constantes no desenvolvimento dos trabalhos. Ou seja, **atos de gestão**.

7.6. Inúmeras folgas em compensação a plantões judiciários

Colhe-se da informação prestada pela Seção de Registro Funcional de Magistrados desta eg. Corte de Justiça (id. 1659129) que o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica, Dr. Roberto Luiz Ferreira Santos, tem se afastado de suas atividades, com a seguinte frequência:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJS
RUA DESEMBARGADOR HOMERO MAFRA, 60 - Bairro ENSEADA DO SUÁ - CEP 29050906 - Vitória - ES - www.tjes.jus.br

INFORMAÇÃO - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESPIRITO SANTO
SECRETARIA DE GESTAO DE PESSOAS
COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
SECAO DE REGISTRO FUNCIONAL DE MAGISTRADO

Processo nº: 7004266-43.2022.8.08.0000

Em atenção ao Despacho id. 1217237, informo que após levantamento manual realizado no Sistema de Recursos Humanos (e-Jud), foram encontradas as seguintes anotações de afastamentos do magistrado Dr. Roberto Luiz Ferreira Santos, ocorridas nos últimos 5 (cinco) anos:

1. FOLGAS (em compensação ao plantões judiciários averbados)

- Folgas para o dia 03/03/2017
- Folgas para os dias 28, 29/09/2017, 02, 03, 04, 05, 06, 09/10/11/2017
- Folgas para o dia 19/12/2017
- Folgas para os dias 20, 21, 22, 23, 26, 27 e 28/03/2018
- Folgas para os dias 19, 20, 21, 25, 26, 28 e 29/06/2018
- Folgas para os dias 30/08/2018
- Folgas para os dias 13/11/2018
- Folgas para os dias 08, 09, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 25 e 26/04/2019
- Folgas para os dias 04/09/2019
- Folgas para os dias 07 e 08/01/2019
- Folgas para os dias 25, 26, 29, 30 e 31/07/2019 e 01 e 02/08/2019
- Folgas para os dias 06/09/2019
- Folgas para os dias 18 e 19/12/2019
- Folgas para os dias 09, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 29 e 30/06/2020
- Folgas para os dias 01, 02, 03 e 04/09/2020
- Folgas para os dias 11/01/2021, 12/01/2021, 13/01/2021, 14/01/2021, 15/01/2021, 18/01/2021, 19/01/2021, 20/01/2021, 21/01/2021, 22/01/2021, 25/01/2021, 26/01/2021, 27/01/2021, 28/01/2021 e 29/01/2021
- Folgas para os dias 01/09/2021, 02/09/2021, 03/09/2021, 06/09/2021, 07/09/2021, 08/09/2021, 09/09/2021 e 10/09/2021
- Folgas para os dias 15/11/2021, 16/11/2021, 17/11/2021, 18/11/2021 e 19/11/2021
- Folgas para os dias 12/05/2022, 13/05/2022, 16/05/2022, 17/05/2022, 18/05/2022, 19/05/2022, 20/05/2022
- Folgas para os dias 1, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29/07/2022, 31/08/2022, 1, 2, 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30/09/2022, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26 e 27/10/2022 (contém folgas futuras deferidas)

2. ABONOS

- Dias:

02/03/2017, 10/08/2017, 18/12/2017, 08/01/2018, 19/03/2018, 02/05/2018, 05/07/2018, 31/08/2018, 14/ e 30/06/2022

3. FÉRIAS REGULARES

- Férias regulares por 30 dias a partir de 02/04/2018
- Férias regulares por 30 dias a partir de 20/11/2018
- Férias regulares de 24/06 a 23/07/2019
- Férias regulares de 05/08/2019 a 03/09/2019
- Férias regulares por 30 dias a partir de 01/07/2020
- Férias regulares por 30 dias a partir de 01/08/2020
- Férias regulares de 01/02 a 02/03/2021
- Férias regulares de 01/07 a 30/07/2021
- Férias regulares de 10/01/2022 a 07/02/2022 e 09/05/2022
- Férias regulares deferidas para gozo em 01/08/2022 a 30/08/2022

4. FÉRIAS-PRÊMIO

- Gozou 10 dias a partir de 06/03/2017
- Gozou 33 dias a partir de 14/08/2017
- Gozou 60 dias a partir de 09/09/2019
- Gozou 30 dias a partir de 02/08/2021

5. LICENÇA (verificar Informação id. 1217573)

2020: 09 dias de afastamentos no período de 03/11/2020 a 11/11/2020 para tratamento da própria saúde, na forma do Art. 69, Inciso I, da LOMAN.

O Magistrado não foi submetido ao Serviço de Perícia Médica do IPAJM. A doença não está elencada no Artigo 131 da Lei Complementar 046/94.

Embora o Juiz titular tenha elegido o deficit de servidores como o fator responsável pelos acúmulos e atrasos da prestação jurisdicional da 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica, há de se consignar que seus sucessivos afastamentos tem, igualmente, comprometido a evolução estatística da unidade e ajudado a imprimir morosidade à tramitação processual.

O que se extrai das inúmeras folgas objeto de compensação de plantão (68, só no ano de 2022), é que o Magistrado tem relegado a condução dos trabalhos da unidade que titulariza para atuar como plantonista e assim ter direito à concessão dos respectivos dias de descanso assegurados pelo art. 29 da Resolução TJES nº 29/2010, **sendo recomendável que concentre-se em priorizar o gerenciamento estratégico da unidade sob sua responsabilidade funcional.**

Foi informado à equipe da Corregedoria que a família do Magistrado reside em outro país, de sorte que esse utiliza-se de plantões nos finais de semana, em geral, do plantão de audiência de custódia, para acumular dias de folga e assim permanecer no seio familiar por longos períodos, isso com autorização do setor competente do eg. TJES. Não obstante tenha uma função humanitária, tal autorização impacta sobremaneira os trabalhos desenvolvidos na unidade.

O próprio Magistrado afirmou que sairia de abono no dia 30/06/2022 e só retornaria às atividades no final do mês de outubro de 2022. Ora, a ausência do Juiz titular por 4 meses seguidos afeta a gestão e a continuidade dos trabalhos, especialmente ao se ter em conta que o Magistrado designado para substituí-lo não o fará com **dedicação exclusiva**, passando a acumular os serviços respectivos com a sua unidade de origem.

Por tudo quanto dito, a deficiência de servidores, ao sentir da Corregedoria, não seria o fator determinante da atual situação atravessada pela 2ª Vara Cível de Cariacica, **não podendo/devendo o Juiz titular se ausentar constantemente de sua unidade por períodos tão longos.**

8. DO PLANO DE ENFRENTAMENTO REQUISITADO

Por efeito da visita correicional extraordinária, fora determinado ao Magistrado da 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica, Dr. Roberto Luiz Ferreira Santos, que apresentasse, no prazo de 48 horas, **plano de enfrentamento** visando o equacionamento dos processos paralisados há mais de 100 dias em prazo não superior a um ano. O Magistrado, por sua vez, encaminhou o documento, tempestivamente, por meio do id. 1659420.

Fato é que o plano apresentado pelo Juiz titular é mais do mesmo. Ao invés de buscar mapear os pontos de gargalo da unidade para na sequência atuar estrategicamente para dissolvê-los, o Magistrado se limitou a sugerir diretrizes segundo as quais, pouco ou quase nada, poderia ser implementado por força dos seus próprios esforços enquanto gestor.

Não se desconhece, repisa-se, o fato de que o déficit funcional tem prejudicado sobremaneira a fluidez dos serviços prestados pela 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica. É verdade que, para prestar a jurisdição, o Juiz depende de uma estrutura de recursos humanos e materiais que darão suporte e sustentação a sua atividade-fim. No entanto, diante das atuais circunstâncias em que **a escassez está para todos**, não só para a citada unidade judiciária, é preciso que o Magistrado assuma o seu papel de juiz-gestor e saia à procura de soluções criativas e inovadoras, perseguindo alternativas à tradicional e cômoda terceirização de responsabilidade.

Quem sabe a elaboração de metas de produtividade de curto, médio e longo prazo, a divisão de trabalho, ou mesmo a implementação de rotina de atendimento externo, com níveis escalonados, evitando-se a ruptura na concentração e execução das tarefas do gabinete?

Medida relevante abordada no plano apresentado pelo Magistrado, essa sim no âmbito do gerenciamento estratégico, diz respeito à triagem qualitativa dos processos submetidos à conclusão. Ao mapear o acervo de processos conclusos e fazer disso uma rotina quando do recebimento dos processos oriundos do cartório, torna-se possível dinamizar a análise dos casos de menor complexidade e estabelecer cronograma para enfrentamento das questões mais complexas. Tal prática, aliás, deveria ter sido implementada há muito na unidade, em substituição aos já mencionados despachos protelatórios para reclassificação das conclusões, cujo único objetivo é burlar o tempo de permanência dos processos no gabinete.

À vista do exposto, e sem prejuízo das providências administrativas ao final sugeridas à Presidência do eg. TJES, deverá o Magistrado elaborar um **novo plano**, dessa vez de **recuperação da unidade**, visando a redução da taxa de congestionamento processual, que contemple a adoção dos seguintes **atos de gestão**:

- a) Identificação das atribuições e competências dos componentes da secretaria e do gabinete, viabilizando a divisão de trabalho de acordo com a complexidade da tarefa e a capacitação de cada colaborador.
- b) Padronização de rotinas de trabalho - por escrito e formalmente - a respeito da descrição de atos ordinatórios de expediente forense, em todas as áreas abrangidas pela competência da unidade judiciária.
- c) Elaboração de metas de produtividade de curto, médio e longo prazo para a equipe do gabinete.
- d) Implementação de rotina de atendimento externo, com padrão impessoal e qualificado, em níveis escalonados, recomendando-se o primeiro nível com estagiários, o segundo nível com a assessora e, somente em terceiro nível, acesso direto ao Magistrado, respeitados os princípios constitucionais que regem o processo, priorizando-se, sempre que possível, o uso de plataformas virtuais, com agendamento prévio.
- e) Realização de audiências por meio de videoconferência visando a uma atuação célere e eficiente, conforme Resolução CNJ nº 354/2020 e a recomendação constante do Enunciado nº 2 do 85º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (ENCOGE), bem como a criação de cronograma de intimações afim de que, antes da audiência, haja uma rotina na unidade para análise periódica acerca do êxito na intimação das partes.
- f) Realização de reuniões periódicas com a equipe para manter todos contextualizados sobre o andamento e os resultados da administração, com eventuais apontamentos de problemas encontrados com propostas para solução e para refinamento e simetria de informações entre secretaria e gabinete.

Referido plano de trabalho será aproveitado para fins do já mencionado Programa de Monitoramento das Metas Nacionais (vide processo SEI nº 7003993-64.2022.8.08.0000), auxiliando a unidade no cumprimento dos objetivos propostos naqueles autos.

9. DAS SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Relotação de servidores

Não restam dúvidas de que a situação atravessada pela 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica é **grave** e requer que providências de auxílio imediatas sejam tomadas no plano da prestação jurisdicional. Tanto é que a própria Diretoria do Foro, em comum acordo com todos os servidores e Magistrados da Comarca, tratou de constituir equipe de trabalho extraordinário para prestar apoio à unidade.

De nada vale, no entanto, que as medidas de apoio à referida unidade sejam unicamente de caráter provisório, especialmente se considerado que sua força de trabalho originária já demonstrou, por motivos óbvios, não ter condições de, tal como está, manter a regularidade da tramitação processual.

Muito embora o deficit de servidores no âmbito deste Poder Judiciário constitua uma realidade institucional de difícil superação, é preciso que, em tempos como esse, haja deveras racionalização da força de trabalho, sobretudo, para contornar situações de acúmulo desproporcional de servidores em Juízos de pouca ou regular demanda. Ao que se verifica, esse seria o caso dos Juizados Especiais Cíveis de Cariacica, senão vejamos:

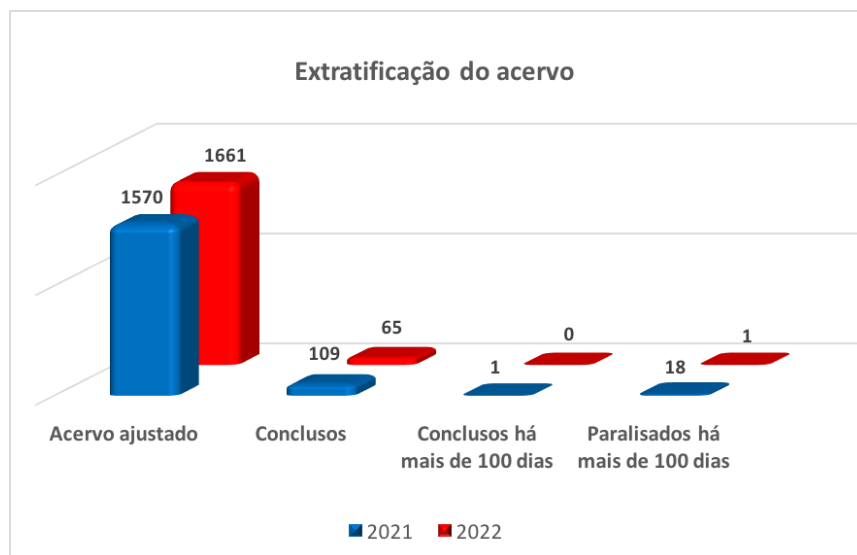
9.1.1. 1º Juizado Especial Cível de Cariacica

a) Servidores lotados

Servidor	Cargo	Função
Cristiano Teixeira Arantes	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituto
Luciana Alvarenga Pinto	Analista Judiciário - AJ - Direito	—
Marília Santos Neves de Andrade	Analista Judiciário - AJ - Direito	—
Raphaelle Pederzini	Chefe do Setor de Conciliação	—
Clayton Guerrat Teixeira	Assessor de Juiz	—

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

b) Extratificação atual do acervo



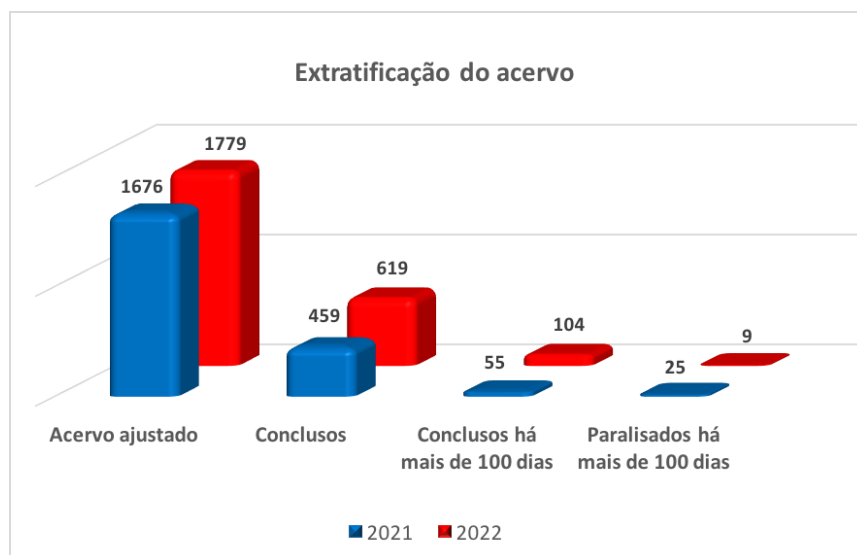
9.1.2. 2º Juizado Especial Cível de Cariacica

a) Servidores lotados

Servidor	Cargo	Função
Vagner da Silva Machado	Analista Judiciário Especial - QS - Escrivão Judiciário	–
Fabício Harckbart Subtil	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituto
Tais Negreiros Ferraz Vieira	Analista Judiciário - AJ - Direito	–
André Hoepke	Chefe do Setor de Conciliação	–
Hélio Borges Júnior	Assessor de Juiz	–

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

b) Extratificação atual do acervo



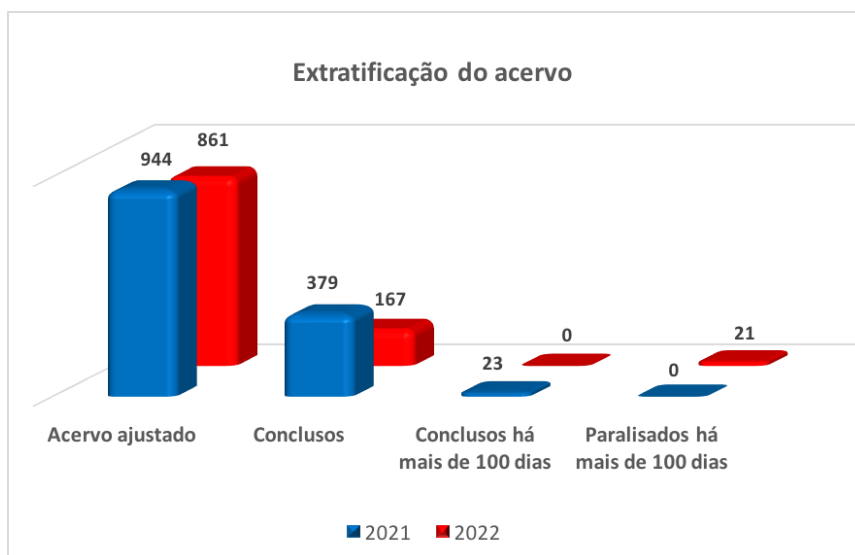
9.1.3. 3º Juizado Especial Cível de Cariacica

a) Servidores lotados

Servidor	Cargo	Função
Kalista Liege Fiorese Machado Passamani	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituta
Andrea Coutinho Schimidel	Analista Judiciário - AJ - Direito	–
Jocimaro Santos Costa	Analista Judiciário - AJ - Direito	–
Valquíria Lopes de Oliveira	Analista Judiciário - AJ - Direito	–
Lília Luiza Faria Ferreira	Chefe do Setor de Conciliação	–
Gabriel Melchior Scandian	Assessor de Juiz	–

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

b) Extratificação atual do acervo



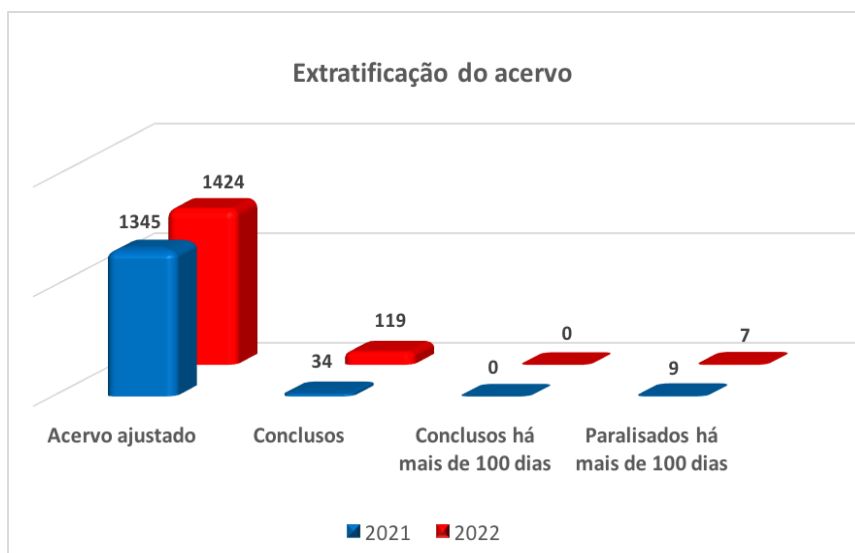
9.1.4. 4º Juizado Especial Cível de Cariacica

a) Servidores lotados

Servidor	Cargo	Função
Lucélia Martins de Oliveira Brito	Analista Judiciário Especial - QS - Escrivão Judiciário	–
Márcia Verônica Coutinho Santos	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituto Ato nº 789/16 – 15/07/16
Hélio Carlos Mattos de Paula Junior	Analista Judiciário - AJ - Direito	–
Gustavo Lino Batista	Chefe do Setor de Conciliação	–
Giselle Zanoni Brito Siqueira Lima	Assessora de Juiz	–

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos)

b) Extratificação atual do acervo



Ao traçar um comparativo entre o acervo processual e o quadro de pessoal dos Juizados Especiais Cíveis de Cariacica, verifica-se, ao menos superficialmente, haver certa desproporção entre o número de servidores disponíveis e o volume de trabalho existente, notadamente em relação ao 3º Juizado Cível daquela Comarca.

Talvez seja o caso da Presidência do eg. TJES, com inolvidável apoio da Secretaria de Gestão de Pessoal, avaliar a relocação de um dos servidores do referido Juízo para a 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica, tal como autorizado pelo art. 39-E da Lei Complementar nº 234/2002, racionalizando a força de trabalho entre ambas as unidades.

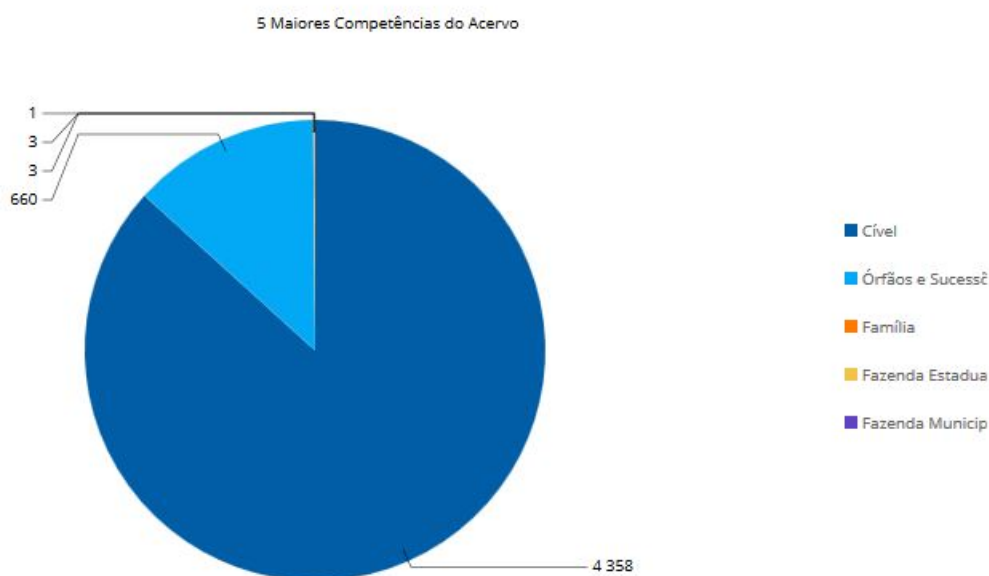
9.2. Revisão de competências das unidades judiciais de Cariacica

Por meio da Resolução nº 48/2015, de 1º de outubro de 2015, a Administração do TJES reorganizou as competências das Varas Cíveis e da Vara de Órfãos e Sucessões de Cariacica. Na ocasião, a Vara de Órfãos e Sucessões passou a se chamar 4ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões de Cariacica, nomenclatura absorvida, também, pelas demais Varas Cíveis, que passaram a ter competência concorrente na matéria, mantendo seus respectivos acervos processuais.

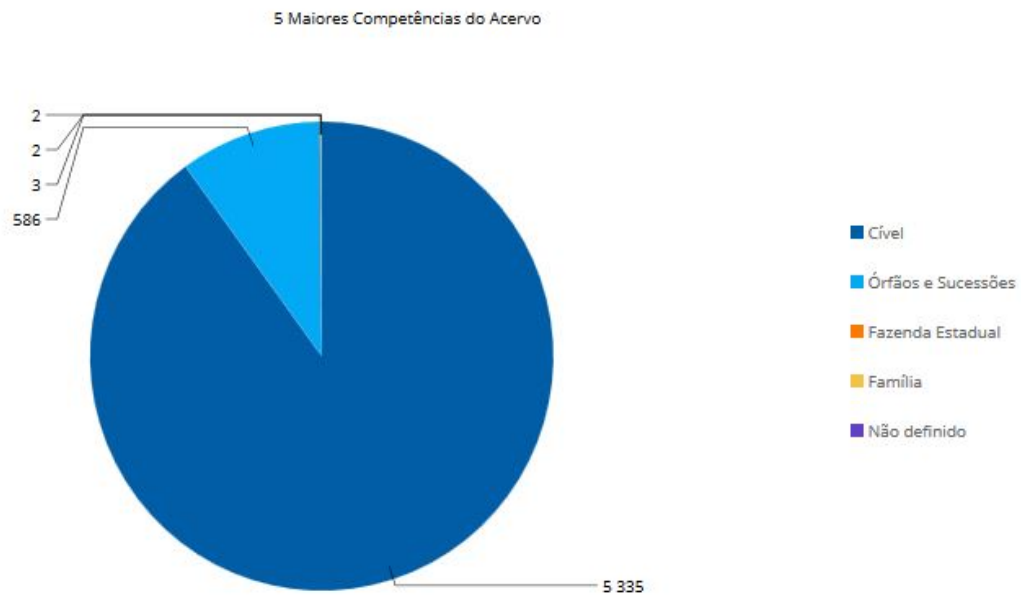
Certo é que o Juízo de Cariacica é o único dentre aqueles integrantes da Comarca da Capital em que o processamento e julgamento das ações atinentes à matéria de Órfãos e Sucessões compete às Varas Cíveis. Via de regra, em não sendo o caso da existência de Vara Especializada em Órfãos e Sucessões, a matéria é tratada pelas Varas de Família.

Pelo que se extrai dos indicadores processuais do Juízo de Cariacica, ainda que sem o apoio de um estudo técnico aprofundado, há manifesta má divisão da carga de trabalho entre as unidades judiciárias. Vejamos o retrato de momento das Varas Cíveis:

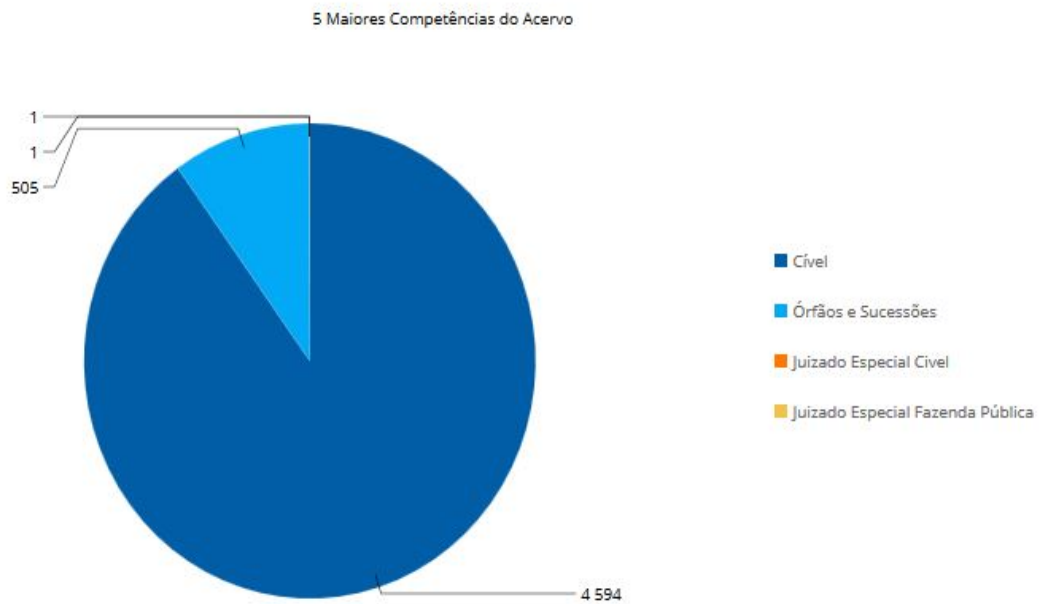
1ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões de Cariacica



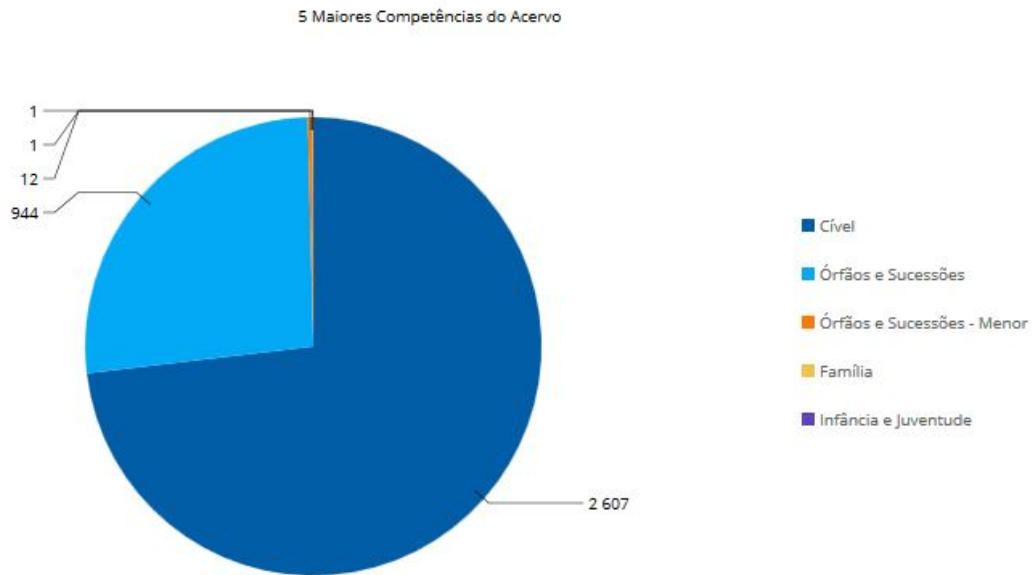
2ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões de Cariacica



3ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões de Cariacica



4ª Vara Cível, Órfãos e Sucessões de Cariacica



Em contrapartida, o Juízo de Cariacica conta com 4 Varas de Família, assim estruturadas:

	Acervo	Quadro funcional
1ª Vara de Família	1.896	3 analistas judiciário e 1 assessor de juiz
2ª Vara de Família	1.504	5 analistas judiciário e 1 assessora de juiz
3ª Vara de Família	1.736	3 analistas judiciário e 1 assessor de juiz
4ª Vara de Família	1.705	3 analistas judiciário e 1 assessor de juiz

Talvez seja o caso da Presidência do eg. TJES, elaborar um estudo para aferir a viabilidade da reorganização das competências das unidades judiciais de Cariacica, buscando promover um maior equilíbrio na repartição da carga de trabalho e, outrossim, gerar tendência de majoração da produtividade das referidas unidades.

10. DETERMINAÇÕES

10.1. Ao Juiz titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
	Elabore um plano de recuperação para a unidade, visando a redução da taxa de congestionamento processual, que contemple a adoção dos seguintes atos de gestão :

<p>Plano de recuperação da unidade</p>	<p>a) Identificação das atribuições e competências dos componentes da secretaria e do gabinete, viabilizando a divisão de trabalho de acordo com a complexidade da tarefa e a capacitação de cada colaborador.</p> <p>b) Padronização de rotinas de trabalho - por escrito e formalmente - a respeito da descrição de atos ordinatórios de expediente forense, em todas as áreas abrangidas pela competência da unidade judiciária.</p> <p>c) Elaboração de metas de produtividade de curto, médio e longo prazo para a equipe do gabinete.</p> <p>d) Implementação de rotina de atendimento externo, com padrão impessoal e qualificado, em níveis escalonados, recomendando-se o primeiro nível com estagiários, o segundo nível com a assessora e, somente em terceiro nível, acesso direto ao Magistrado, respeitados os princípios constitucionais que regem o processo, priorizando-se, sempre que possível, o uso de plataformas virtuais, com agendamento prévio.</p> <p>e) Realização de audiências por meio de videoconferência visando a uma atuação célere e eficiente, conforme Resolução CNJ nº 354/2020 e a recomendação constante do Enunciado nº 2 do 85º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (ENCOGE), bem como a criação de cronograma de intimações afim de que, antes da audiência, haja uma rotina na unidade para análise periódica acerca do êxito na intimação das partes.</p> <p>f) Realização de reuniões periódicas com a equipe para manter todos contextualizados sobre o andamento e os resultados da administração, com eventuais apontamentos de problemas encontrados com propostas para solução e para refinamento e simetria de informações entre secretaria e gabinete.</p> <p>Devendo-se encaminhar o documento a esta Corregedoria Geral da Justiça, no prazo de 15 dias.</p>
<p>Incremento da pauta de audiências</p>	<p><u>Adote</u> as medidas necessárias visando ao incremento da pauta de audiências, notadamente a realização das audiências de conciliação em todos os feitos sob jurisdição da unidade, que só poderão ser dispensadas em duas situações especificadas pela norma do art. 334, § 4º, do Código de Processo Civil.</p> <p><u>Fixe</u> como meta o prazo máximo de 120 dias para realização das audiências, observando os feitos prioritários e tendo por vetor a razoável duração do processo.</p>

10.2. À Chefe de Secretaria

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Processos paralisados há mais de 100 dias	<p><u>Priorize</u> o andamento dos processos paralisados há mais de 100 dias, especialmente aqueles que possuam prioridade legal, pela expedição de relatório semanal dos processos morosos, de forma que seja dado andamento diariamente em todos os processos contidos na lista, ressaltando-se as demais diligências cartorárias.</p> <p><u>Observe</u> a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais dos referidos processos, nos termos do art. 153 do Código de Processos Civil.</p>
Painel de prazos	<p><u>Adote</u>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" do sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e da correspondente organização cartorária física, identificando-se o escaninho com o tipo e data de vencimento do prazo. Confira o passo a passo para utilização da ferramenta "Painel de Prazos" do sistema e-JUD em : https://sistemas.tjes.jus.br/sistemas/preview.cfm?arquivo=../faqs&parametro=CdPesq:262</p>
Movimento "ato ordinatório praticado"	<p><u>Abstenha-se</u> de incluir nos andamentos processuais do sistema e-JUD o movimento "11383 - Ato ordinatório praticado" sem que se tenha praticado efetiva diligência ordinatória. Em verdade, seu uso desarrazoado disfarça a movimentação processual, deturpando a real condição do acervo da unidade.</p>
Processos aptos à conclusão	<p><u>Passe</u> a lançar imediatamente o movimento de conclusão, eliminando o expediente de "pré-conclusão";</p> <p><u>Promova</u> a fiscalização periódica do acervo para identificar os processos que já estejam aptos à conclusão, em observância ao disposto no artigo 418 do Código de Normas, de modo a remeter os feitos em tal condição no prazo máximo de um dia, na conformidade do art. 228 do Código de Processo Civil.</p>
Processos aptos ao arquivamento	<p><u>Arquive</u> os processos findos em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento "arquivado definitivamente" (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.</p>
Juntada de petições	<p><u>Regularize</u> a juntada de todas as petições pendentes de juntada, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85), quando da juntada física;</p>

	<u>Observe</u> , doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas.
Mandados expedidos	<u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos mandados expedidos, procedendo a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, por meio da utilização da ferramenta de notificações disponibilizada na guia “gerenciador de mandados” do sistema e-JUD, nos termos do inciso XVI, do art. 438 do Código de Normas.
Metas nacionais CNJ	<u>Promova</u> a identificação visual das metas respectivas na capa dos autos através da afixação de etiquetas próprias, facilmente solicitadas junto ao setor do Diário e de Publicações do e. TJES, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes.

11. ORIENTAÇÕES GERAIS

11.1. Ao Juiz titular

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Metas Nacionais CNJ	<u>Monitore</u> , semanalmente, através de ferramentas sistêmicas, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do Poder Judiciário, em cunho a propiciar seu integral atendimento.
Cartas precatórias expedidas	<u>Consigne</u> expressamente o prazo para cumprimento nas cartas precatórias remetidas a outros juízos, conforme disposto no artigo 321 do Código de Normas, como forma de evitar a extrapolção do tempo razoável de cumprimento.
Suspeição e Impedimento	<u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado.
Processos físicos	<u>Utilize</u> os atos judiciais dinâmicos (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema e-JUD, evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

Sobrestamento	<p><u>Observe</u> atentamente as informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, para o fim de acompanhar as decisões que ordenam o sobrestamento dos feitos, bem como as que ordenarem o dessobrestamento, utilizando, para tal, os movimentos taxonômicos corretos previstos nas Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p><u>Referida tarefa refletirá no cumprimento das metas nacionais editadas pelo CNJ, na medida em que os processos sobrestados não são contabilizados para julgamento.</u></p>
----------------------	--

11.2. À Chefe de Secretaria

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Processos em carga	<p><u>Relacione</u>, mensalmente, todos os processos em carga com advogados ou órgãos/entidades externas com prazo excedido e promova a intimação do responsável para proceder sua devolução, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.</p>
Cartas precatórias	<p><u>Observe</u>, no que diz respeito às <i>cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento</i>, o disposto no inciso XXIV, do artigo 438 do Código de Normas Judicial, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u>; <i>comunique</i> pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros <i>dados importantes</i> para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, <i>informe-as</i> imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante;</p> <p><u>Estabeleça</u> rotina de cobrança de devolução das Cartas Precatórias remetidas a outros juízos, cujo cumprimento extrapolar o prazo declarado, na forma do artigo 325 e seguintes do Código de Normas Judicial.</p>
Juntada de documentos em processos conclusos	<p><u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete, abstenendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);</p>

Classificação dos processos submetidos à conclusão	<u>Classifique</u> os feitos, quando de seu envio à conclusão, em razão do ato judicial a ser proferido (se despacho, decisão ou sentença). Tal prática otimizará o tempo de resposta dos casos de menor complexidade e possibilitará a Magistrada uma melhor divisão do trabalho entre a assessoria.
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado	<u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, todas as determinações lançadas pelo Magistrado, evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que a situação atravessada pela 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica é **crítica** e requer que providências de auxílio imediato sejam tomadas no plano da prestação jurisdicional.

O elevado volume de serviço da unidade tem resultado em demanda excessiva para os operadores e gerado acúmulos e atrasos significantes na marcha processual que penalizam, sobretudo, os jurisdicionados e advogados que dependem do Juízo.

A dificuldade em atingir as Meta Nacionais do Poder Judiciário no ano de 2021, fizeram com que a unidade fosse selecionada para aderir ao “*Programa de Monitoramento das Metas Nacionais*” instituído pelo Provimento CGJES nº 50/2021 (vide processo SEI nº 7003993-64.2022.8.08.0000), cujo objetivo é focar o cumprimento das Metas 1 e 2 do CNJ e resolver o excesso de prazo de conclusão, por meio de verificações periódicas de desempenho.

Muito embora se tenha notícia das medidas implementadas pelo Juiz titular, não restam dúvidas de que a força de trabalho existente na unidade não terá condições de, em tempo razoável, regularizar o andamento dos feitos e tampouco trazer algum alento aos jurisdicionados, já severamente penalizados pelo atraso na efetivação da prestação jurisdicional.

Diante disso, foram traçadas determinações à Chefe de Secretaria para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz titular, por sua vez, foi determinado que elabore um **plano de recuperação da unidade**, devendo-se encaminhar o documento a esta Corregedoria Geral da Justiça, **no prazo de 15 dias**.

Dada a **urgência** dos fatos aqui retratados e especialmente levando em consideração a necessidade de se prestar informações ao **pedido de providências nº 0009270-43.2021.2.00.0000** em trâmite no Conselho Nacional de Justiça, antes mesmo da submissão e eventual aprovação ou adequação pelo c. Conselho da Magistratura do eg. TJES, proceda o setor competente da Corregedoria local o **encaminhamento imediato de cópia do presente relatório à Corregedoria Nacional de Justiça**, na forma eletrônica, atentando-se para o expediente retromencionado.

Ainda, considerando as circunstâncias identificadas no bojo deste Relatório de Correição Extraordinária, as quais sugerem estar a unidade à beira do colapso, **determino** seu encaminhamento à Presidência desta eg. Corte de Justiça para que avalie a adoção das seguintes providências administrativas, inclusive, de maneira concomitante:

- a) Reavaliar, em prol do interesse público, a concessão de longos períodos de afastamento ao Juiz titular da 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica, ou a qualquer outro Magistrado, tendo em conta que referida medida tem impactado sobremaneira a gestão e a continuidade dos trabalhos desenvolvidos.
- b) Estender o trabalho extraordinário que vem sendo realizado no contraturno da unidade pela equipe constituída pela Direção do Foro de Cariacica, pelo período de 60 dias ou até promovida a efetiva recomposição do quadro de servidores da unidade.
- c) Incluir a 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões de Cariacica nas atividades da Força Tarefa instituída pelo Ato Normativo nº 084/2019, visando a elaboração de atos decisórios, por período delimitado, com o escopo de reduzir a taxa de congestionamento processual.
- d) Promover a relotação de um dos servidores do 3º Juizado Especial Cível de Cariacica na 2ª Vara Cível, de Órfãos e Sucessões, de modo a racionalizar a força de trabalho entre ambas as unidades e conferir estrutura mínima para a garantia de uma prestação jurisdicional eficiente.
- e) Elaborar estudo para aferir a viabilidade da reorganização das competências das unidades judiciárias de Cariacica, notadamente no que se refere à matéria de Órfãos e Sucessões, buscando promover um maior equilíbrio na repartição da carga de trabalho e, outrossim, gerar tendência de majoração da produtividade das referidas unidades.

Este é o relatório que submeto ao crivo desse Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 27 de junho de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 05/07/2022, às 18:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1215901** e o código CRC **CCB86F8D**.